

# ASFOC-SN

## UM BALANÇO TRÁGICO

**VAMOS RECUPERAR NOSSO PAÍS E CONSTRUIR O  
FUTURO QUE DESEJAMOS E MERECEMOS!**

# O governo Bolsonaro: um balanço trágico

**R**ealizar uma retrospectiva desses anos não é tarefa fácil. É quase impossível calcular com precisão todo o estrago e os retrocessos daquele que é, sem dúvida, considerado o pior governo da nossa história. O problema não está naquilo que essa administração deixou de realizar em favor da população, das trabalhadoras e dos trabalhadores, ou pela economia e pela infraestrutura do país. É sabido que Bolsonaro não tem realizações construtivas relevantes em nenhuma área.

De fato, o que realmente marcou a gestão de Jair Bolsonaro foram as bravatas com a finalidade de desviar a atenção do programa de retirada de direitos e de desmonte das instituições de sustentação do Estado enquanto instrumento imprescindível de desenvolvimento sustentável, inclusivo, democrático e soberano. Bolsonaro passou todo o mandato estimulando o embate, criando inimigos e gerando factoides para manter elevada a tensão política, uma vez que seu governo nunca teve um programa construtivo.

Pelo contrário, sua administração sempre esteve baseada na ideia de demolição. Demolição dos direitos trabalhistas, da Previdência e da Seguridade Social. Demolição das frágeis amarras que protegem o meio ambiente, demolição do controle social e da transparência no trato com a coisa pública. Demolição do aparato de investigação independente. Demolição da imparcialidade do judiciário atraído para a política. Demolição da autoridade de instituições acadêmicas e científicas. Demolição de toda e qualquer instituição que pudesse fazer frente ao seu autoritarismo de pretensões totalitárias. Seu governo buscou sempre oferecer um espantinho para execração das massas insatisfeitas e propensas a desaguar suas frustrações no moinho do fascismo. Seu governo buscou silenciar toda e qualquer forma de oposição ou discordância. Usando uma retórica agressiva, Bolsonaro manteve-se em campanha permanente enquanto a boiada passava.

Sem prejuízo de outros segmentos igualmente importantes, optamos por abordar nesse número especial algumas áreas fortemente atingidas pela ação destrutiva do governo Bolsonaro que consideramos centrais para a qualidade de vida da população, para a capacidade do país responder a crises e construir um futuro capaz de abrigar e orgulhar a todos os brasileiros.

**Demolição das frágeis amarras que protegem o meio ambiente, demolição do controle social e da transparência no trato com a coisa pública. Demolição do aparato de investigação independente.**

## EXPEDIENTE

▣ DIRETORIA EXECUTIVA DA ASFOC - SINDICATO NACIONAL (E-mail: secretaria@asfoc.fiocruz.br) • Mychelle Alves Monteiro - Presidente • Paulo Henrique Scrivano Garrido (Paulinho) - Vice-Presidente • Lúcia Helena da Silva - Diretora de Administração e Finanças • Simone Mendes Lima - Diretora Secretária-Geral • Gutemberg Brito - Diretor de Comunicação • Claudia Stutz Zubieta - Diretora de Articulação Regional • João Carlos B. R. de Freitas (Profeta) - Diretor Social e de Cultura • Mariana Machay Nogueira - Diretora de Legislação e Assuntos Jurídicos • Patrícia Condé de Lima - Diretora de Esportes ▣ SUPLENTEs • Sônia Aparecida Pinho • Carlos Fidelis Ponte • Marcos Besserman Vianna • Antônio Flávio Meirelles • Luis Claudio Muniz ▣ CONSELHO FISCAL • Luciana Pereira Lindenmeyer • Elaine Imenes Nobre de Almeida • Fabiela Lopes Caetano Machado • Bruno Amorim de Souza • Carlos Henrique Viana Brito ▣ SUPLENTE • Thiago da Cunha de Oliveira  
▣ DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO (Tel.: 21 2598-4231 Ramal 211 / E-mail: jornalismo@asfoc.fiocruz.br) ▣ Gerência de Comunicação • Jesuan Xavier (Jornalista responsável) ▣ Equipe • Fernando Taylor (jornalista), Mario Cesar e Jorge Vieira  
▣ Fotografia • Jesuan Xavier • Fernando Taylor • Mario Cesar ▣ Impressão • SMMRJ IMPRESSOS E PRODUTOS EIRELI ▣ Programação Visual • Mario Cesar

## CONTATOS ASFOC-SN

▣ Sede da ASFOC-SN – Av. Brasil, 4.365 - RJ - CEP 21040-360 ▣ Secretária – 2598-4231 ▣ Jurídico – 2598-4231 (R. 214) ▣ Seguros – 2598-4231 (R.218)  
▣ REPRESENTAÇÕES REGIONAIS DA ASFOC-SN: ▣ Pernambuco / Instituto Aggeu Magalhães – (81) 2101-2533 ▣ Minas Gerais – Belo Horizonte / Instituto René Rachou – (31) 3349-7710 ▣ Brasília - Distrito Federal – Fiocruz Brasília – (61) 3329-4612 ▣ Bahia – Salvador / Instituto Gonçalo Muniz – (71) 3356-6853 ▣ Amazonas – Manaus / Instituto Leônidas e Maria Deane – (92) 3621-2397 ▣ Paraná – Instituto Carlos Chagas – (41) 3316-3225 ▣ Ceará – (85) 3215-6450 ▣ Mato Grosso do Sul – (67) 3346-4480 ▣ Rondônia – (69) 3219-6000

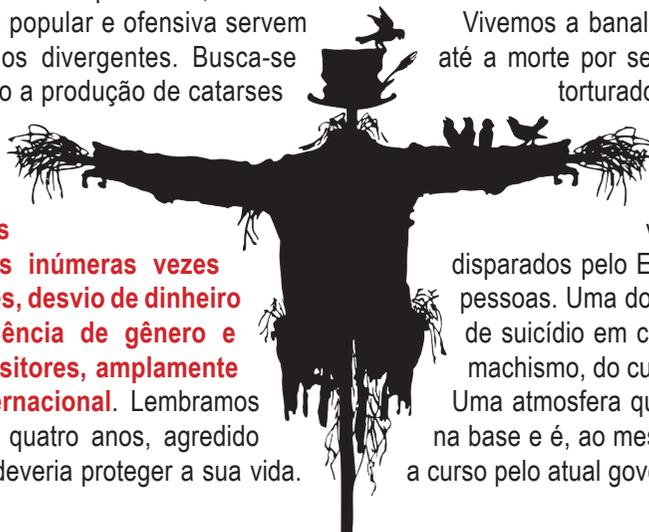
# A era dos espantalhos e o fim do debate civilizado

Estamos diante de uma nova forma de exercício de poder que foi capaz de manipular a opinião pública com enorme sucesso. Sendo que seu primeiro e grande êxito foi acabar com o protocolo do debate civilizado para substituir argumentos e fatos por técnicas diversionistas e ofensivas que tem por objetivo inviabilizar a discussão. Algo que todos nós já presenciamos. Nessa linha, erros são justificados por erros, verídicos ou não, de adversários. O uso da linguagem popular e ofensiva servem como válvula de escape e para intimidar os divergentes. Busca-se ganhar a adesão da população fazendo apelo a produção de catarses onde não faltam termos pejorativos como vagabundo ou ladrão em contraposição à cidadã de bem.

Esses últimos, **os chamados cidadãos de bem, como se sabe, foram flagrados inúmeras vezes envolvidos em atos criminosos como fraldes, desvio de dinheiro público, corrupção passiva e ativa, violência de gênero e assassinatos de crianças, mulheres e opositores, amplamente divulgadas pela imprensa nacional e internacional.** Lembramos aqui a violência que atingiu um menino de quatro anos, agredido até a morte, segundo consta, por gente que deveria proteger a sua vida.

Lembramos também a violência que eliminou o marido de uma pastora que hoje responde por assassinato. Recordamos ainda a insana violência que resultou na morte de um pai de família em sua festa de aniversário. Um comportamento que mistura fanáticos alucinados, vigaristas e bandidos de alta periculosidade. Uma constante que ficou marcada com a frase de todos conhecida: não falha um.

Vivemos a banalização da violência com gente sendo espancada até a morte por seguranças de supermercados, com jovens sendo torturados em cárcere privado por patrões que os acusavam de roubo de R\$ 30, com um cidadão sufocado até a morte em um camburão da Polícia Rodoviária Federal ou um carro onde viajava uma família ser atingido por 80 tiros disparados pelo Exército brasileiro, que resultou na morte de duas pessoas. Uma doença social que leva a casos de mortes seguidas de suicídio em casos de separação. Uma atmosfera, tributária do machismo, do cultivo das armas e da solução violenta de conflitos. Uma atmosfera que tomou conta do país e que, acreditamos, está na base e é, ao mesmo tempo, reflexo do processo destrutivo levado a curso pelo atual governo. Vejamos.



## Os primeiros atos de uma gestão deliberadamente destruidora

Nosso balanço começa por chamar a atenção para **os primeiros atos do governo iniciado em 1 de janeiro de 2019: reduzir o salário mínimo em R\$ 8 e extinguir o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea).** O primeiro desconsiderou a proposta de lei orçamentária que previa o valor de R\$ 1006 e optou por estabelecer um valor de R\$ 998 respaldado em um mecanismo legal que desconsidera as condições de vida de quem está nessa faixa salarial. O segundo caso veio na esteira da reestruturação do governo que não considerava importante manter vigilância sobre a segurança alimentar e a fome no país. O resultado de ambas as medidas não demoraram a aparecer: o trabalhador perdeu poder de compra e a fome voltou a flagelar os brasileiros.

Estávamos diante de atos simbólicos e mesquinhos que marcavam o início de um governo contrário aos interesses e às necessidades básicas da população. Atos que se somaram a uma avalanche de arbitrariedades, retrocessos e injustiças. Intensificava-se assim o processo golpista iniciado em 2016 com o impeachment de Dilma Rousseff, a primeira mulher a assumir a Presidência da República em um país de tradição machista e misógina. Uma deposição levada a efeito a partir de bases frágeis. Tão frágeis que faziam alusão a algo como o conjunto da obra. Um afastamento alicerçado em uma pretensa “pedalada fiscal” hoje risível em face do pantagruélico orçamento secreto e de outras artimanhas do vergonhoso toma lá dá cá escancarado nas relações entre o Executivo Federal e o Congresso Nacional. Um golpe iniciado pelo candidato derrotado Aécio Neves e realizado por um conluio de corruptos liderados por Eduardo Cunha, muitos deles posteriormente presos por corrupção. Um verdadeiro circo dos horrores produzido por um conjunto de parlamentares fisiológicos a serviço do sequestro do Estado brasileiro por poderosos grupos nacionais e estrangeiros.



## Sequestro e pilhagem dos recursos nacionais



Nossa abordagem começa por qualificar os objetivos e o significado do governo Bolsonaro em relação à destruição dos mecanismos do Estado enquanto instrumento do processo civilizatório. Entendemos que estamos diante de um verdadeiro butim de um Estado sequestrado. Sequestro que tem por objetivo drenar os recursos nacionais para rentistas e grupos econômicos nacionais e estrangeiros, cujos interesses são diametralmente muito distantes daqueles acalentados pela população e desejados por um país que se pretende altivo.

São alvos da cobiça e do assalto ao país: a poupança socialmente construída, como a Previdência, FGTS e outros fundos; as áreas produtivas estratégicas e lucrativas ocupadas pelo Estado para abrir mercados para a iniciativa privada; as empresas públicas vendidas a preços irrisórios e cuja aquisição é financiada com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); o domínio sobre a matriz energética nacional via o fatiamento da Petrobras, o controle sobre a Eletrobras e o acesso ao Pré-Sal; o domínio sobre o nosso patrimônio genético representado pela flora e fauna de nosso vasto e diversificado território, entre outras riquezas, incluindo nossos aquíferos.

Enfrentamos uma agenda de destituição de direitos e de desmonte da economia nacional, em favor de segmentos ligados ao extrativismo (minério, petróleo, madeira etc) e ao agronegócio voltados para a exportação, em detrimento do fortalecimento do mercado interno e da geração de emprego e renda. Convivemos com a desarticulação do desenvolvimento científico e tecnológico em relação às indústrias que, por sua vez, se encontram em um processo acentuado de declínio. Vivemos um período marcado por aquilo que os economistas chamam de reprimarização. Somos cada vez mais exportadores de matérias-primas, as chamadas commodities sem valor agregado

Por fim, mas não menos grave, enfrentamos também a ascensão do crime organizado que já domina atividades econômicas ilegais em extensas áreas do nosso território. Na cidade, no campo ou na floresta, o crime impõe o seu poder, submetendo parcelas cada vez maiores da nossa população ao jugo da violência. Um poder que, segundo especialistas, comanda fatias do Estado brasileiro e conta com representação política e operativa no Legislativo e no Judiciário

# O projeto de destruição e os interesses nacionais

Em um jantar que promoveu com representantes da extrema-direita nos Estados Unidos, o presidente Jair Bolsonaro - sentado ao lado de Olavo de Carvalho, a quem atribuiu a inspiração para o programa de governo em curso - admitiu que chegou ao poder para levar adiante um projeto de demolição e de destruição nacional. “O Brasil não é um terreno aberto onde nós iremos construir coisas para o nosso povo. Nós temos que desconstruir muita coisa”, afirmou com a indisfarçável satisfação daqueles que são incapazes de projetar e erguer algo de positivo. Certamente ele se referia à guerra ideológica que travaria contra setores progressistas, mas também a todo o aparato institucional que procura fazer do Estado um instrumento do processo civilizatório, da

**“O Brasil não é um terreno aberto onde nós iremos construir coisas para o nosso povo. Nós temos que desconstruir muita coisa”**

sustentabilidade, do bem viver e da nossa soberania.

Realmente, o projeto que chegou ao poder com Bolsonaro nunca esteve restrito à implementação da pauta conservadora ou ao reforço dos princípios neoliberais.

Suas ambições sempre foram maiores. Sempre estiveram contra as barreiras de defesa do Estado e da democracia. Entre seus objetivos sempre esteve a desqualificação dos servidores e precarização do serviço público, com o objetivo de sujar a imagem de ambos junto à opinião pública e quebrar focos de resistência. Sempre esteve em pauta a destruição de universidades e institutos de pesquisa fomentadores do pensamento crítico e base de apoio da nossa soberania. Sempre esteve em foco transformar o país em um paraíso para os grandes oligopólios.

## Uma atualização da exploração colonial



Estamos diante dos encarregados em facilitar a realização e ampliação de um projeto econômico de exploração predatória e nada nacionalista do nosso território, do trabalho do nosso povo e da poupança socialmente construída.

Um empreendimento que atualiza a exploração experimentada no período colonial. Uma associação do extrativismo com o agronegócio. Um modelo extrativista devastador que, a exemplo da colônia (que explorava ouro, diamantes e pau-brasil), explora minerais, petróleo, madeira e tudo o mais que puder gerar lucro, como tráfico de animais, plantas, princípios ativos, entre outras fontes de riqueza. Um modelo agroexportador (a exemplo da cana de açúcar, do algodão e do café que fizeram as fortunas das elites ligadas à metrópole) igualmente destrutivo, que impede o acesso à terra e não gera o número e a qualidade de empregos que o país necessita. Uma forma de exploração social e ambientalmente irresponsável que convive com o espetáculo dantesco da fome em meio a recordes estupendos das safras agrícolas. Um modelo que cultiva a violência contra os povos originários e lideranças da floresta e do campo.

Bolsonaro representa um grupo que comanda uma agenda econômica voltada para interesses externos. Trata-se de um governo que tem um ministro da economia, Paulo Guedes, flagrado com fortunas em paraísos fiscais em inegável conflito de interesses com o país que ele se comprometeu a gerir com lisura e dignidade. Um ministro que declarou ser contra viagens internacionais de lazer para domésticas. O mesmo podemos dizer do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, também pego pela operação *Pandora Papers*. Uma vergonha para um governo que se diz nacionalista. Estamos diante de um nacionalismo vazio, um patriotismo retórico para consumo de eleitores desavisados. Estamos diante de um governo que deliberadamente fragiliza o mercado interno, descuida da população adulta, descarta os idosos e rouba o presente e o futuro das crianças e do país.

Estamos frente a um projeto que nos rebaixa na divisão internacional do trabalho e nos coloca como consumidores da indústria do Primeiro Mundo, incluindo nesse rol medicamentos, vacinas e outros itens de primeira necessidade, como vimos na crise de abastecimento que dificultou a aquisição de máscaras, respiradores, imunizantes, sedativos e insumos imprescindíveis para o enfrentamento da pandemia de Covid-19.

## Vivemos uma espécie de escravidão moderna

Experimentamos os efeitos nefastos de projeto de intensificação da exploração das trabalhadoras e trabalhadores, tratados como um contingente de mão de obra barata e destituído de direitos básicos como saúde, educação de qualidade, cultura, lazer, segurança, descanso remunerado, proteção trabalhista e aposentadoria digna. Uma espécie de escravidão moderna onde não há empregos, mas é garantida a existência e o poder de mando dos patrões.



Uma exploração que tira crianças e jovens da escola e rouba-lhes o futuro e a esperança. Uma exploração que está arruinando com a vida de uma geração. Uma exploração que condenou o nosso povo a não se aposentar. Estamos diante do caos e de ameaças piores no horizonte não muito distante.

De fato, como sinalizamos no início do nosso balanço, a redução do salário mínimo já insuficiente e a extinção do Consea, durante uma grave crise econômica, se revestiram de requintes de crueldade e covardia. Além disso, mostrou que o novo governo estava à vontade para assumir posições cada vez mais ousadas na afirmação da barbárie do descaso com a qualidade de vida da maioria da população condenada, importa repetir, ao abandono, à fome, ao desemprego e, não raro, a morar nas ruas. Uma condenação à falta de esperança. Uma patologia que mina o ânimo da nação, entristece adultos, idosos e as novas gerações.

**Eu quero um país que não está no retrato**

**Brasil, o teu nome é Dandara**

**E a tua cara é de cariri**

**Não veio do céu**

**Nem das mãos de Isabel**

**A liberdade é um Dragão no Mar de Aracati**

**Salve os caboclos de julho**

**Quem foi de aço nos anos de chumbo**

**Brasil, chegou a vez**

**De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês**

**INDIOS, NEGROS E POBRES**

# A ascensão do mal-estar que nos atinge

A ascensão de Jair Bolsonaro ao poder está ligada ao avanço do neoliberalismo e da extrema-direita no mundo. Um movimento que tem início no final dos anos 1970 com Ronald Reagan e Margareth Thatcher, atacando as instituições do estado de bem-estar e propagando as promessas nunca cumpridas do neoliberalismo de gerar riqueza e qualidade de vida. Ao contrário, o que se viu em todas as partes foi o empobrecimento de grande parte da população mundial, uma imensa concentração de renda, perdas de direitos, crescimento da miséria, conflitos armados, devastação ambiental, crises econômicas, pandemias, tragédias migratórias, aumento da xenofobia e da violência da extrema-direita. Vivemos tempos de sindemias, termo utilizado para descrever crises multifacetadas cada vez mais frequentes.

## Guerra ideológica e a comunicação de massas



Somos testemunhas do crescimento de movimento violento e destrutivo que se intensificou na última década com a utilização de técnicas de comunicação de massas tributárias dos elementos empregados pela propaganda nazista dirigida por Joseph Goebbels, ideólogo da propaganda de Hitler (vale conferir os 11 princípios na internet). Uma atualização realizada

com sucesso por personagens como Robert Mercer e Steve Bannon. O primeiro, um bilionário e fundador da Cambridge Analytica, empresa envolvida em escândalos de utilização ilegal de dados privados (obtidos em redes sociais como o Facebook e o WhatsApp) para a orientação de campanhas de direcionamento da opinião pública. O segundo, um dos responsáveis pela campanha do Brexit (saída do Reino Unido da União Europeia) e de Donald Trump à presidência dos EUA.

Mercer, Bannon e a Cambridge Analytica desenvolveram e aplicaram um poderoso esquema de direcionamento da opinião pública. Um sofisticado mecanismo que articula o conhecimento do público-alvo fornecido pela utilização de algoritmos, associado ao hackeamento e ao comércio ilegal de informações pessoais de milhões de usuários da internet e de suas redes. Uma violação de dados que sustentou, e ainda sustenta, a formatação de estratégias de comunicação segmentadas, adequadas a cada tipo de público. A criação de perfis falsos e robôs para replicação de conteúdo nas redes sociais e o disparo em massa de mentiras complementam o mecanismo de manipulação da opinião pública.

Em outras palavras, estamos frente a um esquema customizado de propaganda direcionada e bastante difícil de ser detectado pelo conjunto da sociedade e, até mesmo, pelos indivíduos por ela atingidas. Um estratagemma que leva as pessoas a aceitar e legitimar mentiras formatadas à sua linha de pensamento: **“não pode ser mentira aquilo que combina com o que eu penso e valorizo”** é o efeito de identificação pessoal perseguido. Um sofisticado modo de direcionar emoções e tornar os aderentes aos valores assim projetados seres imunes, pelo menos temporariamente, a argumentos razoáveis calcados em fatos. Um esquema que trabalha com as emoções e a promoção da ignorância e não com a lógica da razão e das evidências que, sabemos, são substituídas pela opinião e pelo conforto da sensação de pertencimento.



## O triunfo da mentira nas eleições de 2018

A associação do esquema de manipulação da opinião pública via redes com a campanha movida pela grande mídia contra os governos anteriores e contra a política em geral fez com que a sociedade brasileira fosse surpreendida, nas eleições de 2018, com a derrota de políticos tradicionais e a chegada ao poder de personagens do chamado baixo clero, como Bolsonaro e de figuras desconhecidas como Wilson Witzel.

Vale lembrar aqui a denúncia da jornalista da Folha de São Paulo, Patrícia Campos Mello, sobre a utilização ilegal de disparos em massa de mensagens pelo WhatsApp na campanha de 2018. Denúncia confirmada um ano depois, em 18 de junho de 2019, pelo empresário espanhol Luis Nova, dono da Enviawhatsapps, que informou à Folha de São Paulo que seu software foi utilizado nas eleições pela campanha de Bolsonaro, permitindo a realização de até 20 mil disparos políticos por hora durante o decorrer da campanha. As denúncias foram também confirmadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, o que, além de calúnia e difamação,

caracteriza a prática de caixa dois.

Cabe observar ainda que em agosto de 2021 Eduardo Bolsonaro se encontrou com Steve Bannon em Sioux Falls, no estado da Dakota do Sul, nos EUA, oportunidade em que Bannon confirmou a parceria na campanha de reeleição de Jair Bolsonaro em 2022.



# A boçalidade orgulhosa de sua própria estupidez

Eufórica com a vitória obtida por disparos em massa de calúnias e notícias falsas, a violência bolsonarista se mostrou sem máscaras. A estupidez ganhou as ruas, substituindo o debate civilizado e racional pela propagação de mentiras, pela manipulação e pela violência, com a finalidade de intimidar adversários e desencorajar a reação dos derrotados e dos excluídos do modelo econômico adotado pelo novo governo. Cenas de homens, autodefinidos como cidadãos de bem, exibindo armas e vociferando contra a esquerda e os movimentos sociais passaram a ser uma constante nas ruas e nas redes sociais. A histeria e a violência protagonizados por grupos ou indivíduos bolsonaristas passaram a ser sintomas facilmente identificados nas manifestações e embates políticos do cotidiano. As ameaças passaram a fazer parte das tentativas de silenciar adversários e os descontentes com os rumos assumidos pelo novo governo. Insufladas por mentiras e pela beligerância estimulada pelo presidente, que falava em metralhar opositores, pessoas anteriormente cordatas passaram a engrossar a horda ignara e intolerante. A opinião substituiu as evidências científicas e o terraplanismo se espalhou orgulhosamente pelas ruas, casas, locais de trabalho e lazer. A ignorância se mostrou soberba e dona da verdade. A realidade parecia se dobrar aos desejos dos ilusoriamente empoderados que acreditaram fazer parte de um clube que nunca os admitiu como sócios, mas no máximo como torcedores excluídos do grande baile no salão nobre.

## A ponta da praia como solução dos conflitos



Aquele que anos antes afirmou que Fernando Henrique Cardoso merecia morrer, que era preciso uma guerra civil com 30 mil mortos para completar o serviço que a ditadura militar não fez, que se declarou favorável à tortura, que zombou dos familiares dos desaparecidos, afirmando que quem procura osso é cachorro, que disse que não estupraria uma mulher porque ela não merecia, que condecorou milicianos e elogiou o torturador de Dilma Rousseff, alcançou o cargo mais elevado do país.



Do alto desse cargo, Bolsonaro, protegeu os seus e propagou a cultura da violência e da tortura. Os exemplos são muitos. Entre eles, alguns emblemáticos. Lembramos o episódio em que, contrariado pelo fato de servidores estarem dificultando a obtenção de uma licença ambiental para que seu aliado Luciano Hang pudesse abrir uma loja em Rio Grande (RS), o presidente declarou, em tom indignado e ameaçador, que se pudesse demitiria os diretores dos órgãos que estavam atrasando a instalação do empreendimento, acrescentando que: "quem quer atrapalhar o progresso vai atrapalhar na ponta da praia, aqui não" em referência explícita ao local de execução de presos políticos. Referência que denota cumplicidade com esse tipo de prática e valores



**The Intercept Brasil**  
**Caso Adriano da Nóbrega: 5 fatos estranhos que envolvem o assassinato do miliciano e Bolsonaro**  
As suspeitas que ligam Bolsonaro ao assassinato são fortes, mas a verdade está encoberta por um jogo de poder entre MP e polícia.



## Água para o moinho do fascismo

Competente na manipulação das emoções, e contando com aliados poderosos, o bolsonarismo obteve sucesso em canalizar frustrações contra inimigos fabricados e oferecidos à execração pública, escoando insatisfações para o moinho do autoritarismo. O rancor e a impotência individual se converteram em força violenta e a favor de linchamentos morais e de bandeiras ilusórias completamente desconectadas da realidade. A sombra do medo pairou sobre o país. Agressões físicas e psicológicas foram registradas em levantamentos realizados por agências como a Open Knowledge Brasil: que constatou que, em 2019, pelo menos um caso de violência política foi observado a cada três dias no país.



# Gênero, intolerância, preconceitos e assassinatos

O cultivo da violência valorizou o machismo e os preconceitos contra pobres, negros, povos originários, nordestinos, migrantes e os componentes do grupo LGBTQIA+. A intolerância atingiu níveis elevadíssimos, assim como o feminicídio e o assassinato de gays, lésbicas e trans.

Nas favelas e comunidades se observou o recrudescimento da violência, resultando, principalmente, na morte de jovens negros e de crianças atingidas por balas perdidas. No Rio, o governador eleito e então aliado de Bolsonaro adiantava, em novembro de 2018, o que seria o pilar da sua política de segurança: exultante falava em “abate” e na autorização para a polícia mirar “na cabecinha”. Retomava a máxima do “bandido bom é bandido morto”, que em séculos de vigência não resolveu o problema da criminalidade e da violência. O país continuou enterrando policiais, criminosos e vítimas inocentes dos conflitos urbanos e rurais.

Por outro lado, em contraste com o combate efetivo e inteligente à violência e ao banditismo, o governo federal agiu, em abril de 2020, para dificultar o rastreamento de armamento e munições (medida revogada pelo ministro Alexandre Moraes em setembro de 2021) e facilitou o acesso às armas por parte do crime organizado, possibilitado por decretos de Bolsonaro que alteraram o Estatuto do Desarmamento aprovado em 2003, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

## VIOLÊNCIA CONTRA MENINAS E MULHERES

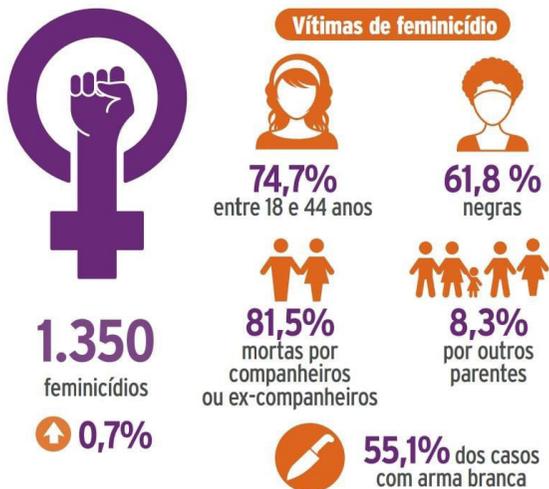


Imagem: Reprodução Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021

## veja Rosa Weber: 55% das armas do crime foram compradas legalmente

“Ao que consta, o próprio presidente da República já passou pela experiência de ter sua arma roubada e devolvida para arsenal de criminosos”, diz a ministra

Por Roberto Santos | Publicado em 12 de abril de 2021, 21:04 - Publicado em 12 de abril de 2021, 21:18



## Trabalhadores e política: plateia ou construtores do próprio destino?



Aquele que passou trinta anos como político e sempre viveu, ele e sua família, às custas do Estado, criminalizou a política, os sindicalistas, os movimentos sociais e os servidores públicos. Bolsonaro se apresentou como um político que defendeu a política como uma atividade da elite econômica. Um político que almejou retirar os trabalhadores da política, reservando para eles uma cidadania de segunda classe e sem direito a assento na mesa de negociação. Uma inequívoca demonstração de uma administração que não serve ao Brasil ou ao seu povo.

Diz a máxima que política não dá camisa a ninguém. Que política não se discute. Ou que todo político é bandido. Frases para manter os trabalhadores distantes do universo que se pretende exclusivo das elites econômicas e intelectuais ou de seus representantes.

Ditames bem de acordo com um governo que declarava ter por objetivo “destruir todas as formas de ativismo” levadas à frente por sindicatos, organizações não governamentais e movimentos sociais. Um governo que só admite o ativismo de grupos de interesses - muitas vezes escusos - que se colocavam como sua base de apoio, representados por sindicatos e associações patronais, federações de empresários e partidos políticos ligados ao mercado e aos defensores de uma pauta conservadora.

Os empresários, por estratégia de marketing ou adesão sincera, também valorizam o que se convencionou chamar de responsabilidade social da empresa. As federações patronais igualmente defendem a participação política - expressa na bandeira da responsabilidade social ou na luta por interesses corporativos - como uma prática legítima. Empresas, federações e sindicatos patronais lutam por um projeto de país que seja o mais adequado à sua visão de mundo. Para tanto apoiam partidos políticos, candidatos e causas que julguem ser justas ou que atendam aos seus interesses. Até aqui parece que estamos todos de acordo.

O problema aparece quando os trabalhadores reivindicam participar da política. Vale questionar quais as razões que determinam, na visão de alguns que um sindicato de trabalhadores não pode debater os destinos do país.

# Propaganda enganosa

A propaganda ideológica do novo governo vende uma mercadoria que nunca entregou. Nesse sentido, exalta um nacionalismo que, na realidade, se mostra vazio e entreguista, um patriotismo de fachada para o consumo dos desavisados. Um patriotismo que não zelou pelos filhos desse solo e, tampouco, pelo nosso futuro. Nas mãos de um governo antinacional e antipopular o Brasil se distancia cada vez mais da imagem edílica da mãe gentil, para se aproximar da imagem cruel do bandeirante e do capitão do mato.

O mesmo acontece em relação ao uso indevido do nome de Deus e da religião. De fato, gestos e imagens de armas vêm sendo vergonhosas e ofensivamente incorporadas a eventos que deveriam valorizar o amor e a solidariedade. Eventos que procuram, para indignação de religiosos comprometidos com uma fé calcada no amor, vender a imagem do chefe do Executivo como ungido e portador da graça divina.

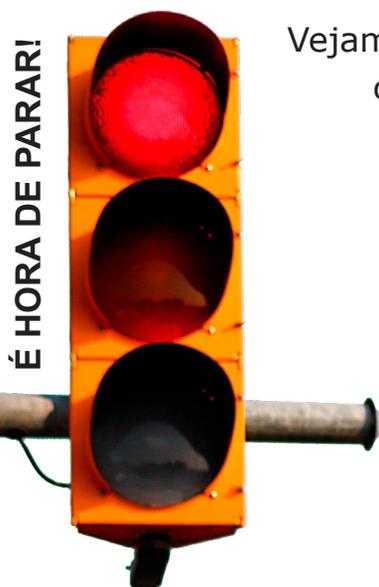
A lista se estende a uma suposta cruzada contra a corrupção realizada justamente por aqueles reconhecidamente corruptos. Uma “cruzada contra

a corrupção” onde nada se pode investigar e tudo passa a ser classificado como sigiloso por um período de 100 anos. Uma “cruzada” cujas lideranças não resistem a qualquer investigação minimamente séria. Uma “cruzada” que se materializou no maior toma lá dá cá da nossa história. Escândalos de proporções gigantescas como o orçamento secreto e a aliança com o grupo fisiológico conhecido como Centrão acabaram sendo vendidos como a “nova” forma de se fazer política.

Isso sem mencionar nos rumores que se referem a “rachadinhas”, a assessores fantasmas, a notas exorbitantes de consumo de combustível, a lavagem de dinheiro, a cheques na conta da primeira-dama, a saques e pagamentos em dinheiro vivo, a casos de envolvimento com tráfico de drogas e falsidade ideológica envolvendo gente integrante do círculo íntimo do presidente, a acusações de enriquecimento ilícito, a compra de mansões sem a comprovação de renda compatível, a tráfico de influências, a condecoração de militares posteriormente condenados como milicianos, a proximidade com parentes de gente ligada a milicianos e a coincidências envolvendo vizinhos.

## Não é desgoverno. É projeto! O governo em ação

Vejamos algumas das ações promovidas pela atual administração em áreas estratégicas como o Meio Ambiente, a Educação, a Ciência e Tecnologia e a Saúde Pública.



### O Ministério do Meio Ambiente: passando a boiada

Aveso a qualquer forma de controle sobre a exploração do meio ambiente e aliado ideológico de gente ligada ao agronegócio predatório, à mineração e à extração de madeira ilegais, Bolsonaro pretendia colocar o Ministério do Meio Ambiente como uma secretaria subordinada ao Ministério da Agricultura. O plano, no entanto, esbarrou na vigilância da comunidade internacional que, certamente, não veria com bons olhos entregar uma pasta que deveria zelar pela preservação e sustentabilidade ambiental para aqueles conhecidos por seus interesses predatórios. Entretanto, o eventual constrangimento internacional sobre a desejada fusão de ministérios não impediu a ação do governo Bolsonaro no sentido de implementar a sua visão sobre a questão ambiental. Uma perspectiva rasa e grosseira, capaz de provocar grandes estragos.

Nessa linha, a hipocrisia articulada à violência como instrumento de política contou ainda com espaço para a pequenez vingativa e as atitudes covardes de um personagem que não estava, e não está, à altura do cargo que ocupa. Estamos nos referindo à exoneração do fiscal do Ibama, José Olímpio Augusto Morelli, que em 2012, cumprindo o seu dever como servidor público, havia multado Bolsonaro por pesca ilegal em área protegida em Angra dos Reis. Uma penalidade que, de acordo com alguns observadores, impeliu o então deputado federal e depois presidente da República a tentar



retirar o porte de armas dos fiscais do Ibama, enquanto facilitava o acesso às armas para outros segmentos, incluindo madeireiros, garimpeiros e grileiros. A penalidade, associada à proximidade com grupos contrários ao controle e à preservação do meio ambiente, também levou Bolsonaro a trabalhar contra uma suposta “indústria de multas”, como ele se referia pejorativamente às penalidades aplicadas pelos órgãos que têm como missão zelar pela preservação ambiental.

As declarações de Bolsonaro criticando as ações de órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) serviram de senha para a liberação da exploração de áreas protegidas, o que, por sua vez, intensificou a violência no campo e nas florestas.

Para além de um caso pessoal, as ações de Bolsonaro na área do meio ambiente sempre estiveram alinhadas a um movimento orquestrado para abrir e alargar caminhos em áreas protegidas para o agronegócio irresponsável; para a mineração criminosa, que proporcionou os desastres ambientais de Brumadinho e Mariana, em Minas Gerais; para o garimpo ilegal; para a ocupação e a especulação, entre outras atividades predatórias e criminosas, antes contidas pela atuação de instituições e servidores comprometidos com o interesse público.

# A selvageria

Com Bolsonaro no poder, tinha início uma escalada comandada pelo ministro Ricardo Salles, que viu na atenção conferida à pandemia de Covid-19 uma oportunidade de, nas palavras dele, fazer “passar a boiada” e escancarar a selvageria. Uma escalada que atingiu fortemente a já tão atacada e sensível área do meio ambiente, com a destituição de 21 superintendentes do Ibama nos estados, substituídos por gente sem qualificação para o cargo. Uma ascensão do autoritarismo que resultou, por exemplo, na demissão de Ricardo Galvão da direção do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) pelo fato do Instituto ter demonstrado o aumento do desmatamento no nosso território.

Para facilitar a passagem da boiada, Ricardo Salles alterou a estrutura do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), reduzindo o número de conselheiros de 96 para 22. Uma reestruturação que alijou entidades públicas, organizações não governamentais e representantes da sociedade para privilegiar conselheiros ligados às correntes político-ideológicas contrárias às causas ecológicas, aos povos originários, aos quilombolas e aos sem-terra.

As ações de Salles e do governo Bolsonaro levaram a Alemanha e a Noruega a suspender o repasse de R\$ 288 milhões para o Fundo Amazônia, destinados a projetos de preservação ambiental. Levaram também à recorde de queimadas no Pantanal. Queimadas que fizeram, em 2019, o dia virar noite em São Paulo, a maior cidade do país. Um alerta ignorado pela administração Bolsonaro.

Em meados de setembro de 2020, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) denunciou a existência de 14.764 focos de incêndio na região, número 214% do que os 4.699 registrados no mesmo período em 2019 e que já tinha sido o mais alto desde 2012. De janeiro a setembro, os focos de incêndio foram equivalentes ao total dos seis anos anteriores. Um espetáculo pavoroso de devastação, numa região exuberante. Cenas de grandes extensões de terra calcinadas e de animais mortos e feridos

chocaram o mundo e mostraram a verdadeira face de um governo destrutivo, autoritário e violento.

Um artigo produzido por pesquisadores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros (Cenap) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) estimou que, entre janeiro de 2020 e 11 de junho do mesmo ano, 4,65 bilhões de animais foram afetados nas queimadas ocorridas no pantanal (“Pantanal está pegando fogo e só uma agenda sustentável pode salvar a maior área úmida do mundo” - disponível em <https://www.scielo.br/jbjb/a/vJXtjDhPMggc33J4rSnQCvC/?format=html&lang=en#>). Cenas comparáveis à destruição provocada pela mineração e ao envenenamento dos rios pelo garimpo ilegal.



Estamos diante de um governo que, entre as ações contra o patrimônio ambiental do país, tentou revogar a proteção legal de restingas e manguezais, uma medida com fortes repercussões negativas, que foi derrubada pelo STF. Um governo cujos aliados acabaram de aprovar a mineração na Serra do Curral, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Mais uma permissão para explorar e destruir. Um esquema em que os grupos econômicos ficam com o lucro e o país com o buraco e as consequências amplamente negativas para o meio ambiente.



Fotos: DOUGLAS MAGNO/AFP



Fotos: Maurício Vieira

## Bruno Pereira e Dom Phillips

Sob a atuação de Ricardo Salles, que deixou o cargo de ministro após ser acusado de envolvimento na exportação de madeira ilegal, o governo Bolsonaro foi um verdadeiro desastre para o meio ambiente, intensificando a destruição e estimulando a violência no campo e na floresta. Uma violência que chocou o mundo e, como se sabe, resultou na morte de Bruno Pereira, indigenista da Funai, e Dom Phillips, jornalista britânico autor de um livro denunciando a situação amazônica. Mortes que escancararam aos brasileiros e à comunidade internacional o domínio do crime organizado na Amazônia, a inoperância e, em muitos casos, a conivência das autoridades.



O agro afirma  
que contribui com  
**26% do PIB**

**MAS**

para o IBGE,  
o Agro contribui com  
apenas **5% do PIB**



**É TECH  
É TÓXICO  
MATA**

# O Ministério do Agricultura: veneno na mesa

A criminoso ação do governo Bolsonaro na área ambiental não ficou restrita ao Ministério do Meio Ambiente, a selvageria contou também com o auxílio do Ministério da Agricultura, que promoveu a liberação

recorde de agrotóxicos proibidos nos países de Primeiro Mundo. Para se ter uma ideia do volume de veneno autorizado na gestão do atual presidente da República, basta analisar os seguintes dados: em 2018, antes da posse do atual governo, foram liberados 474 produtos considerados nocivos à saúde. Já em 2020, o número subiu para 493. Ao final do ano passado, novo recorde foi batido com a aprovação 550 novos agrotóxicos para poluir o ambiente, contaminando lençóis freáticos, córregos, rios, açudes, lagoas, envenenando peixes, pessoas e outros animais que fazem uso da água ou se alimentam da pesca. Uma licença sem precedentes para envenenar também os trabalhadores do campo, a nossa comida e cultivar doenças graves, incluindo problemas na gestação e a má formação de bebês de mulheres grávidas que mantiveram contato com essas substâncias. Até fevereiro, a administração Bolsonaro liberou, em 1.158 dias de gestão, 1629 agrotóxicos. Um descalabro de um governo que bateu recordes de produção agropecuária e de gente com fome em um país com dimensões continentais, mas que nega acesso à terra a quem nela trabalha.



## Por uma economia verde

Em sentido oposto ao até aqui praticado, é preciso refletir e alterar esse quadro destrutivo. É tempo do país abandonar a exclusividade e a ênfase conferida ao padrão monocultor voltado para unicamente à exportação. É preciso produzir comida saudável e alimentar as pessoas. É preciso gerar renda e empregos em níveis maiores que do que aqueles obtidos pelo agronegócio, que todos sabemos concentra terras e renda. É tempo de promover uma guinada em direção à uma economia verde. É tempo de adotar a agroecologia como padrão dominante. É tempo de dar terra a quem nela trabalha. É tempo de sustentabilidade!



Q CORREIO BRAZILIENSE Economia

## "Pai da sustentabilidade" vê Brasil com grande potencial em economia verde

O autor e empreendedor britânico John Elkington é considerado pioneiro no campo e afirma que, após 50 anos, o setor está começando a inflar



NEGÓCIOS

**Caminho para uma economia verde é oportunidade de ouro para o Brasil, avaliam especialistas**

# O Ministério da Educação: a ignorância como projeto

Todos sabemos que a ignorância sempre foi utilizada e estimulada pelas elites econômicas para manter privilégios e o seu poder sobre as classes sociais menos favorecidas. Que a propaganda sabe como mobilizar a ignorância também ninguém duvida. A novidade é que uma nova disciplina está sendo constituída para estudar as políticas de produção da ignorância: a agnotologia. O termo foi proposto pelo historiador americano Robert N. Proctor, da Universidade de Stanford, a partir de 2005.

Proctor analisou a movimentação da indústria de tabaco contra os estudos que relacionava o fumo ao surgimento de câncer. De lá para cá, a produção da ignorância ganhou novos estudos e vem sendo aplicada no mundo inteiro para fins de propaganda voltada para o consumo ou para manipulação da opinião



Imagem: Fábio Vieira/Metrópoles

pública no campo da arena política.

Transformada em centro de difusão da negação da ciência e da cultura, o destino da educação não foi diferente. Ocupada por cinco ministros (Ricardo Vélez Rodriguez, Abraham Weintraub, Carlos Alberto Decotelli, Milton Ribeiro e Victor Godoy Veiga) em menos de quatro anos. A pasta da educação foi utilizada para a veiculação de preconceitos e mentiras, na guerra ideológica do presidente da República contra as instituições da democracia. Um confronto antigo que começou a se intensificar mesmo antes da sua posse.

De fato, em novembro de 2018, o presidente eleito teceu críticas ao conteúdo das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e afirmou que iria fiscalizar e censurar aquilo que não estivesse de acordo com o Brasil conservador que ele dizia representar.

## O Enem: censura e doutrinação

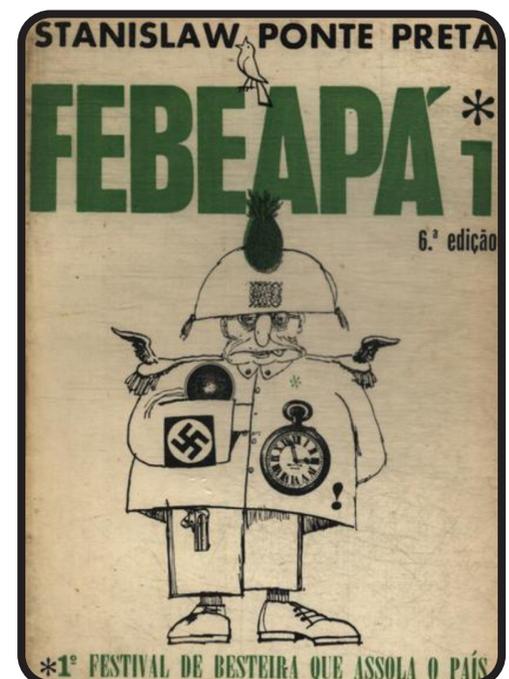


As tentativas de intervenção no Enem criaram forte descontentamento no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e resultaram em grande instabilidade na administração da entidade que, a exemplo do número elevado de ministros, teve seis diretores nesses anos de governo Bolsonaro. A queda de braço envolveu um pedido de demissão coletivo de 37 servidores da equipe responsável pela preparação, inviolabilidade e aplicação da prova. Os servidores denunciaram que estavam sendo vítimas de assédio moral e que, com o acesso de um grupo maior de pessoas às provas, não haveria garantias contra o vazamento das questões, fato que colocava a lisura do exame sob suspeita.

## Formando profissionais submissos e mão de obra barata

Seguindo o mesmo caminho trilhado pelo nazifascismo, a máquina de propaganda da extrema-direita buscou acabar com a liberdade de expressão, a autonomia acadêmica e a diversidade de perspectivas. Nessa direção, interferiu em todos os níveis de ensino, visando estimular e instrumentalizar a formação de profissionais acríticos e mais aderentes aos valores difundidos pelo neoliberalismo e pelo conservadorismo herdeiro do patriarcalismo escravocrata e misógino.

No ensino básico, a guerra ideológica movida pelo bolsonarismo buscou ressaltar os símbolos de um passado que valoriza figuras como a do bandeirante e o do caçador de índios e negros rebeldes contra a escravidão. Procurou também inibir as chances de uma formação crítica e bem-informada. A pretexto de flexibilizar, tornar mais ágil e mais próxima da realidade, o governo Bolsonaro alterou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que orienta o ensino básico, empobrecendo bastante o seu conteúdo. A alteração teve como finalidade tornar obrigatório apenas a oferta de cursos de português e matemática. Uma intervenção que pode excluir, na prática, o ensino de disciplinas como física, química, biologia, sociologia, história, entre outras consideradas fundamentais para uma boa formação. Uma abertura para que o Estado não se responsabilize pela oferta de cursos essenciais e de qualidade. Uma proposta que certamente contribui para o aumento da ignorância da população e da desigualdade entre estados e municípios, prejudicando os alunos que não tiverem acesso a um currículo abrangente e mais bem estruturado. Trata-se, portanto, também de um processo de precarização do ensino público. Uma precarização que certamente visa abrir mercado para o ensino privado.



# Escolas cívico-militares: não para os filhos da elite



A vertente de desqualificação do ensino público envolveu ainda a promoção do modelo de escolas cívico-militares e a falsa ideia de uma “escola sem partido” como forma de esconder o aparelhamento ideológico da rede escolar em favor do partido e do pensamento único adotado pelo governo brasileiro, por correntes neoliberais e por fanáticos de extrema-direita. Uma tentativa de adestramento e formação de indivíduos subservientes. Uma anulação da capacidade cognitiva que valoriza a obediência no lugar da curiosidade e da criatividade.

## Mais quatro ex-alunas de colégio da Aeronáutica no Rio fazem denúncias de assédio contra professores

Após o g1 divulgar as primeiras denúncias de assédio sexual na última terça-feira (10), mais ex-estudantes do Colégio Brigadeiro Newton Braga, na Ilha do Governador, procuraram a Comissão de Direitos Humanos da OAB para relatar novos casos de possíveis abusos.

Por Raoni Alves, g1 Rio

11/05/2022 05h02 - Atualizado há 3 meses



## Homeschooling: a negação da escola

A frente de batalha ideológica do bolsonarismo contra a educação pública de qualidade envolveu ainda a apresentação do projeto de liberação da educação domiciliar (homeschooling), aprovado na Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado em maio de 2022. Uma proposta que despertou preocupação no Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância, em português), para quem as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e não uma espécie de propriedade dos pais. A Unicef ressaltou que a escola deve ser vista como instrumento para garantir a aprendizagem, apoiada por uma estrutura acadêmica e pedagógica que o ensino domiciliar é incapaz de oferecer. A escola é o lugar da pluralidade de ideias, da formação da cidadania, da socialização, da troca de experiências e da mediação de conflitos. Ela é parte da rede social de proteção de crianças e adolescentes. Negar escola às crianças e adolescentes é negar a possibilidade de desenvolvimento pessoal, em termos psicológicos, sociais e cognitivos. É abrir a possibilidade de sofrimento mental e, em casos não tão raros, de exposição à violência doméstica e das ruas.



## O ensino durante a pandemia

Paralelamente, e em articulação com a guerra ideológica movida pelo bolsonarismo contra o dever do Estado de prover o acesso a um ensino público de qualidade, o governo federal não fez grandes esforços para minorar os problemas do ensino no auge da pandemia. Instituições como a Human Rights Watch e Todos pela Educação são unânimes ao apontar o fracasso do governo brasileiro no enfrentamento dos impactos da pandemia de Covid-19 na educação. As instituições avaliaram que milhões de crianças e adolescentes tiveram pouco ou nenhum acesso à escola. Afirmção corroborada pelo estudo Cenário da Exclusão Escolar no Brasil - um Alerta sobre os Impactos da Pandemia da Covid-19 na Educação promovido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).

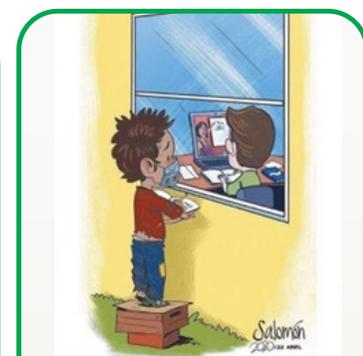


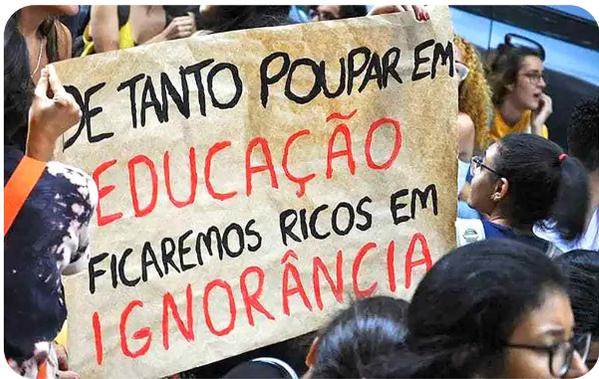
De acordo com o estudo mencionado, 5 milhões e 100 mil crianças e adolescentes ficaram sem acesso à educação no Brasil em 2020. Um número maior do que a população do Uruguai. A pesquisa destacou a ausência do governo federal no enfrentamento do problema, deixando estados e municípios sozinhos nessa batalha fundamental. O Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) apontou que, entre 2019 e 2021, a execução orçamentária federal na área da educação diminuiu R\$ 8 bilhões em termos

reais (de R\$ 126,6 bilhões para R\$ 118,4 bilhões). Como os referidos estudos não consideraram a qualidade do ensino oferecido por uma rede precarizada e tocada por profissionais mal pagos e desprestigiados, salientamos que a dimensão dos problemas educacionais brasileiros é muito maior.

Um levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que, em novembro de 2020, 16,6% das crianças e adolescentes residentes em domicílios com renda per capita de até meio salário mínimo não tiveram acesso à educação. Revelou também que 46,7% das crianças sem acesso à educação estão localizadas no norte e nordeste do país.

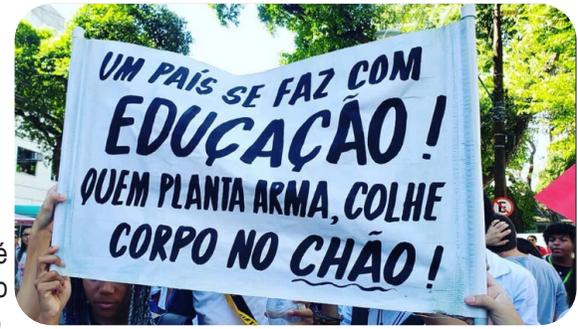
O abandono da educação, além de levar crianças e adolescentes à fome pela falta da alimentação fornecida pela rede escolar, acabou por expô-las ao trabalho infantil e, como já mencionado, à violência crescente das ruas e dos lares. Uma ferida que certamente terá impactos de longa duração no aumento e na manutenção da desigualdade.





## Uma geração perdida?

A exemplo do que ocorreu em outras áreas, o governo Bolsonaro é responsável por um escândalo sem precedentes na educação. Um estrago criminoso e estarrecedor. Um crime hediondo contra toda uma geração. Um desmonte que nos faz lembrar a observação de Darcy Ribeiro, que dizia que a ignorância no Brasil não é fruto de acaso, mas de um projeto. De fato, uma grande parte das gerações de crianças e jovens que deveriam ser atendidas pelo sistema educacional, tiveram o seu futuro irremediavelmente comprometido. A incúria e a ideologia excludente da extrema-direita condenaram uma parte substancial da infância e da juventude à redução da capacidade de interpretação do mundo em bases racionais, informadas por uma educação de qualidade. Uma seqüela triste, capaz de causar sofrimento na condução do cotidiano dos indivíduos atingidos e de seus familiares, repercutindo negativamente durante muitos anos, talvez décadas, na formação social do país.



## Universidades



No ensino superior, as universidades enfrentaram cortes e contingenciamentos drásticos de seus recursos orçamentários durante todo o governo Bolsonaro. Na guerra ideológica do Presidente da República contra as universidades não faltaram calúnias absurdas próprias do instrumental bolsonarista utilizado contra seus opositores. Lembramos aqui o episódio da reunião ministerial, em 24 de abril de 2020, que chocou a opinião pública pelo baixo nível das falas e do comportamento das autoridades que dela participaram, atitudes consideradas grosseiras e inadequadas a um conjunto ministros e ao chefe do executivo. Uma linha de atuação calcada na difamação irresponsável de adversários, estratégia largamente empregada pelo bolsonarismo. Uma forma de fazer política que inclui a utilização de injúrias e ofensas pesadas, como aquelas

utilizadas pelo ministro Abraham Weintraub na tentativa de manchar a imagem das universidades, acusando-as de serem antros de balbúrdia.

Assim, instituições bastante produtivas e de reconhecida excelência acadêmica como a UFRJ, a UNB, a USP e a Unicamp foram injusta e absurdamente acusadas de promoverem orgias, plantio de maconha e outras atividades ilegais. Um esforço racionalmente arquitetado para colocar a população contra as universidades e as instituições de pesquisa. Um esforço que, vale frisar, atingiu também a Fiocruz.

Autoritário, o governo buscou intervir na autonomia universitária, promovendo a nomeações de reitores não eleitos. Intervenções também foram realizadas nos Institutos Federais e nos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets). Em comum, as intervenções tiveram como objetivo a censura aos conteúdos ministrados pelas instituições (notadamente aqueles relacionados à filosofia e às ciências humanas e sociais); o silenciamento de opositores; a instalação de uma atmosfera de medo e de intimidação nos espaços destinados à liberdade acadêmica e a gestação e maturação do pensamento crítico. Estratégias associadas ao esforço, vale repetir, neoliberal e conservador de desmonte do ensino público e da autonomia universitária. Uma ação coordenada que procura abrir espaço para o mercado privado e para o domínio ideológico dos conteúdos debatidos nessas instituições.



## Corrupção: barras de ouro e falsas promessas

Entretanto, os problemas não pararam por aí. Assim como aconteceu com outros ministérios, a educação foi alvo da cobiça de grupos criminosos, como aqueles que gravitavam em torno de pastores com acesso ao gabinete presidencial. Pastores que, traindo a doutrina que diziam professar e defender, cobravam propina para a liberação de recursos públicos, desviando verbas para atender interesses privados do crime organizado e o enriquecimento ilícito e imoral.

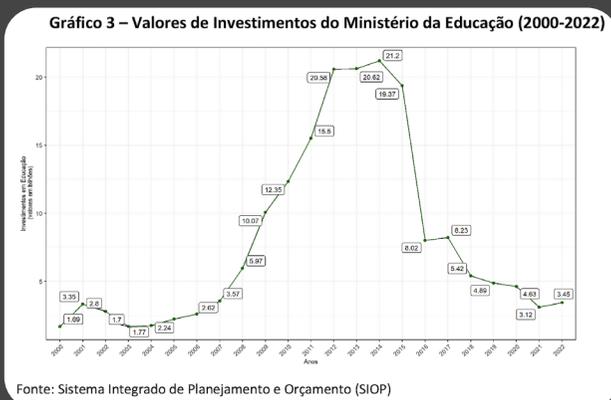




Depois das propinas dos pastores e do superfaturamento dos ônibus, o governo usou o FNDE para operar “orçamento secreto”. Verbas insuficientes vão para “escolas novas”, enquanto falta dinheiro para completar as 3,5 mil escolas inacabadas que existem no país. Um vexame.

Assim, aquele que afirma ser necessário armar a população para que ela possa se defender por conta própria, é o mesmo que nega o acesso ao ensino de qualidade, à cultura e à ciência. Um governo que tira da população as verdadeiras armas de luta

contra a opressão. Um governo pontuado por escândalos de corrupção, que se esconde atrás do uso abusivo da decretação de sigilo de 100 anos em matérias de interesse público. Um governo que, de acordo com acusações de pessoas que participaram do círculo mais próximo do presidente, incluindo cabos eleitorais e um ex-ministro da Justiça, interfere nas investigações.



Home / Política

### Novo escândalo no FNDE: governo desvia verba e engana prefeitos com 'escolas fake'

Por Hora do Povo | Publicado em 10 de abril de 2022



Ciro Nogueira, que comanda o FNDE e Jair Messias Bolsonaro, que indicou os pastores para o MEC (reprodução)

## Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações:

No campo de Ciência, Tecnologia e Inovação, a ação destrutiva do governo Bolsonaro teve como alvos principais o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e o já mencionado Ministério da Educação, pilares dessas áreas no país. Vistas como inimigas e obstáculos de um projeto que visa transformar definitivamente o país em uma espécie de colônia extrativista e agroexportadora, as universidades e as instituições de pesquisa



vêm sendo atacadas desde o governo Temer, o qual alegava ironicamente estar construindo “uma ponte para o futuro”. Um projeto de desmonte intensificado no governo Bolsonaro. Um projeto a serviço de uma estratégia de dominação econômica e ideológica que teve como alvos prioritários, ao lado da destruição dos sindicatos e movimentos sociais, a estrutura de ciência, tecnologia, educação e cultura.

## A destruição do sistema de ciência, tecnologia e inovação do país

Em debate sobre o tema “O valor da Ciência, da Tecnologia e da Inovação como política de Estado”, realizado em 5 de junho de 2020, com participação de especialistas e representantes de sociedades científicas e de ex-ministros de Ciência e Tecnologia como, Ildeu Moreira, (à época presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência/SBPC), Sergio Rezende (ex-ministro de CT&I), Luiz Davidovich (presidente da Academia Brasileira de Ciências/ABC) e Marco Antônio Raupp (ex-ministro de CT&I). As opiniões confluíram para a constatação de que estamos diante de um projeto de destruição da estrutura de ciência e tecnologia do país e de retrocessos em relação ao processo civilizatório.

“Não é à toa que o presidente é acusado de ser responsável pelo genocídio”, salientou Sergio

Rezende. “Vivemos tempos que exigem respostas da comunidade científica, mas da sociedade como um todo. Estamos com sérias ameaças pairando no horizonte. Precisamos fazer entrar em cena o coro dos lúcidos e a inteligência política”, alertou Luiz Davidovich. “Estamos seriamente preocupados com as ameaças à democracia e às instituições e a saída é o povo estar unido e não aceitar essa ruptura”, complementou Ildeu Moreira. Já Raupp preferiu alertar para o fato de estarmos diante de um governo que “promove instabilidade e divisões, que desarticula a sociedade, e mais, não acredita e desconfia da ciência e tem um olhar saudosos para o pior do nosso passado”.

Chama a atenção que, apesar de contar com apenas aproximadamente 0,25% dos recursos do orçamento, a área da Ciência e Tecnologia mesmo

assim foi alvo de ataques sistemáticos no governo Bolsonaro. Para muitos analistas, a explicação para essa atitude se deve à guerra ideológica travada pela extrema-direita contra os núcleos do pensamento crítico. Uma guerra que inclui como estratégia o negacionismo e a desqualificação da autoridade científica e do debate em bases racionais. Para outros, o comportamento do governo se deve a um objetivo maior em que a guerra ideológica é apenas a superfície. Para estes o que sempre esteve em jogo, a exemplo da precarização geral do Estado e de suas instituições, foi a destruição do sistema que reúne o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), fundos setoriais, universidades e agências como a Finep, o CNPq e a Capes, como forma de subjugar o país.

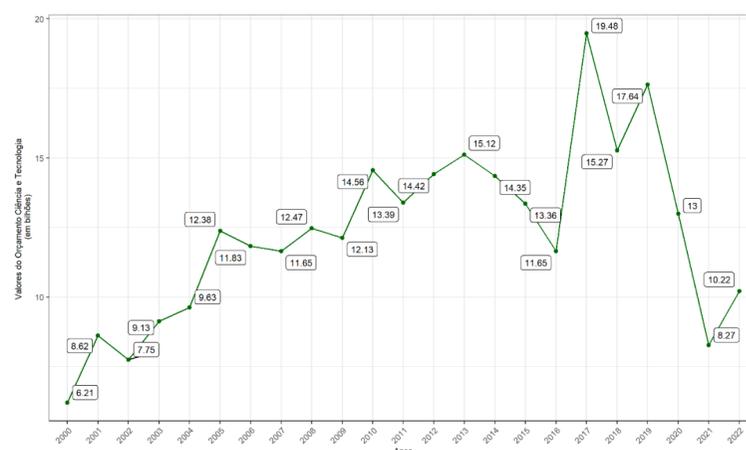
# Cortes orçamentários, contingenciamentos e extinção de bolsas e projetos

Amparado por uma eleição onde não faltaram manobras e expedientes ilegais e nada éticos para eliminar o competitivo e principal adversário, o novo governo chefiado por uma figura emblemática da ignorância, do preconceito e do desprezo à ciência, cedo mostrou a que veio. Em março de 2019, Bolsonaro reduziu o orçamento federal para Ciência e Tecnologia em 42,27%.

Em seu primeiro ano, o governo Bolsonaro extinguiu 11.811 bolsas de pesquisa financiadas pela Capes, o equivalente a 12% das 92.253 bolsas de mestrado e doutorado até então existentes. Em 2019, a Capes teve R\$ 819 milhões contingenciados, ou 19% do valor que fora autorizado no orçamento. Em 2019, o orçamento da Capes foi de cerca de R\$ 4,2 bilhões. Já em 2020, caiu para R\$ 2,8 bilhões. Em 2021, o orçamento empenhado da Capes e do CNPq, órgãos que fomentam a pesquisa no Brasil, foi de cerca de R\$ 3,6 bilhões. Em 2015, a soma dos recursos destinados às duas instituições estava na ordem de R\$ 13,4 bilhões.



Gráfico 9 – Orçamento Ministério da Ciência e Tecnologia (2000-2022)

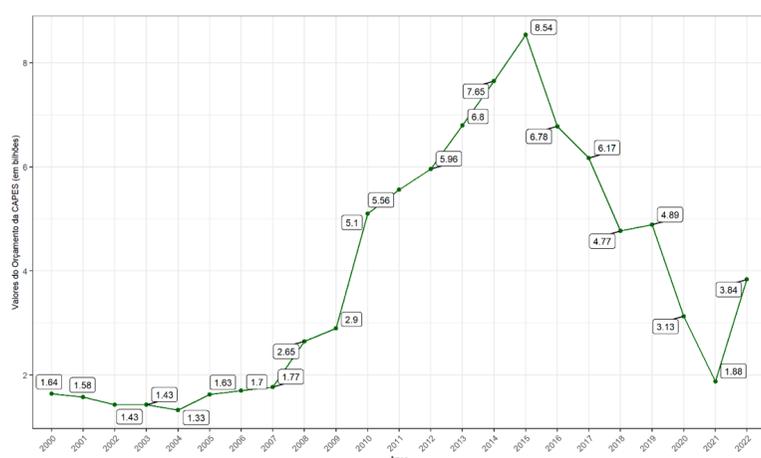


Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

## Instabilidade na Capes

Em consonância com a instabilidade reinante no governo Bolsonaro, a Capes teve três presidentes: Anderson Correia, Benedito Guimarães Aguiar Neto e Cláudia Mansani Queda de Toledo.

Pressionada por setores privados insatisfeitos com a avaliação dos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado), a Capes foi alvo de uma liminar que questionava os critérios utilizados pela agência e pedia a paralisação do processo de classificação e análise dos cursos existentes e da proposta de criação de outros, incluindo cursos privados de pós-graduação a distância. A demora da presidência da entidade em responder ao questionamento da justiça levou a uma verdadeira debandada de avaliadores, com mais de uma centena deles deixando o cargo. Segundo os avaliadores, a presidência da entidade não questionava a liminar por ser aliada aos insatisfeitos que pressionavam pela aprovação de novos cursos e por notas mais generosas para os cursos já existentes.



Fonte: Observatório do Legislativo Brasileiro - Joyce Luz, João Feres Júnior e Debora Gershon.

**APAGÃO DE RECURSOS:** Valores previstos no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2021, comparados ao orçamento deste ano

Obs.: Os percentuais identificados “créditos suplementares” representam valores condicionados à disponibilidade de recursos e aprovação parlamentar para serem utilizados (Regra de Ouro)

**MCTI**  
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

**R\$ 2,8 bilhões\***  
34% menos que em 2020  
49% dependente de créditos suplementares

(\*Excluídas despesas obrigatórias e reserva de contingência)

**FNDCT**  
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**R\$ 5,3 bilhões**  
9% mais que em 2020  
90% em reserva de contingência (indisponível para uso)

**CNPq**  
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**R\$ 1,2 bilhão**  
8% menos que em 2020  
55% dependente de créditos suplementares

**Universidades**  
Orçamento destinado às sessenta e nove universidades federais

**R\$ 51,2 bilhões**  
17,5% menos que em 2020\*  
55% dependente de créditos suplementares\*

(\*Considerando apenas verbas discricionárias, disponíveis para fomento à pesquisa)

**Capes**  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**R\$ 3 bilhões**  
1% menos que em 2020 (28% menos que em 2019)  
37% dependente de créditos suplementares

**Institutos de Pesquisa**  
Orçamento para pesquisa e inovação nas unidades do MCTI\*

**R\$ 9,3 milhões**  
22% menos que em 2020  
21% dependente de créditos suplementares

(\*Inclui 9 instituições como INPE, INPA e CBPF)

Fonte: SBPC, com base em dados oficiais da LOA 2020 e PLOA 2021

# Contingenciamento no FNDCT: ameaça ao desenvolvimento científico e tecnológico

No ano em que se comemora os 200 anos da Independência, o governo Bolsonaro lançou, em 29 de agosto de 2022, mais uma medida contra o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Trata-se da MP 1.136/22, que estabelece um contingenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) até 2026. Pela medida, em 2023, os gastos serão limitados a 58% do montante do FNDCT. Em 2024, esse limite sobe para 68%. Em 2025, chega a 78%. Em 2026, o teto de gastos chega a 88%. Segundo Fábio Guedes Gomes, secretário-executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro, a MP ameaça a continuidade de projetos ainda esse ano pois coloca um limite de verba de R\$ 5,5 bilhões para 2022. De acordo com Gomes, “se essa medida provisória não for devolvida pelo Congresso ao presidente, acabou a ciência e tecnologia este ano”. Gomes alerta para o fato de que na visão de muitos cientistas “há uma linha de trabalho para sufocar a área”. “Não vai ter nada novo até 2026, não tem dinheiro”, afirma Gomes, que também é presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas.

Para Renato Janine Ribeiro, presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), essa medida provisória faz parte de uma sucessão de “atos arbitrários pelos quais a Presidência da República anula ou suspende a execução de leis aprovadas pelo Congresso”.

# O inimigo da ciência na visão da comunidade científica internacional

Periódicos científicos com amplo reconhecimento mundial abordaram as arbitrariedades cometidas pelo governo Bolsonaro contra a ciência brasileira.

**Science** - A Science, por exemplo, publicou, em 7 de abril de 2021, um artigo sob o título ‘A hostile environment.’ Brazilian scientists face rising attacks from Bolsonaro’s regime (“Um ambiente hostil”. cientistas brasileiros enfrentam crescentes ataques do regime de Bolsonaro), em que se denunciava a perseguição bolsonarista a cientistas e instituições de pesquisa no Brasil. Perseguição materializada em cortes e contingenciamentos, em demissões, em transferências arbitrárias de pesquisadores de postos ou locais de trabalho, em assédio moral, em censura e em tentativas de silenciamento de todo dado ou pesquisa que fossem contrários à visão de mundo da extrema-direita. Perseguições que atingiram Bruno Pereira e Ricardo Galvão, entre outros casos menos citados na imprensa nacional e internacional.

**Lancet** - Mais contundente, a Lancet acaba de publicar, em 3 de setembro último, o editorial New beginnings for Latin America? (Novos começos para a América Latina?). Vejamos o que diz um dos mais importantes periódicos do mundo dedicados à ciência:

**Trechos do editorial da Lancet** - “O manejo desastroso de Bolsonaro com a pandemia da Covid-19 e seu desrespeito às mulheres, minorias étnicas, povos indígenas e meio ambiente são amplamente conhecidos. Durante o reinado de Bolsonaro, as medidas de proteção social foram prejudicadas pelo financiamento reduzido, as desigualdades e a pobreza aumentaram acentuadamente, e o Brasil voltou a aderir ao Mapa da Fome da ONU. De acordo com dados da 2ª Pesquisa Nacional de Insegurança Alimentar divulgados em junho, estima-se que 30,7% dos brasileiros estejam passando por insegurança alimentar moderada ou grave devido à combinação da pandemia, aumento do desemprego, enfraquecimento de programas sociais e desmantelamento de políticas de bem-estar. Mais de 3,5 anos do regime de Bolsonaro deixaram o Brasil em sua pior posição em décadas. As questões perenes de desigualdade, pobreza e a corrupção continuam a prejudicar os brasileiros e sua saúde. A violência baseada em gênero e com armas ainda é galopante e a decisão de Bolsonaro de relaxar as leis de armas foi um passo na direção errada. (...) O Brasil precisa de uma mudança urgente.”



LAURO JARDIM



Buscar neste blog

Bastidores e informações exclusivas sobre política, economia, negócios, esporte, cultura - e tudo o mais que for relevante

Quem escreve

GOVERNO

'New York Times' chama Bolsonaro de 'o menor e mais insignificante dos líderes'

Por Lauro Jardim • 26/08/2019 • 07:33



Jair Bolsonaro | Jorge William



Ilustração: Jornal Resistência

# A selvageria neoliberal e o totalitarismo: rasgando a fantasia

Saúde é democracia. Democracia é saúde. Esse foi o lema criado pelo Movimento de Reforma Sanitária que durante a ditadura militar lutou para defender a saúde como um dever do Estado e um direito do cidadão. Um movimento que culminou com a inclusão desse direito na Constituição de 1988 e na criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Uma luta que adotou um conceito ampliado de saúde proposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, quando o mundo, saindo da Segunda Guerra Mundial, buscou pactuar formas mais civilizadas de definição, acesso e gozo aos direitos da cidadania. Uma época que viu florescer as instituições do Estado de bem-estar. Um período em que a chamada Guerra Fria servia de freio à selvageria do capitalismo, responsável histórico por dois conflitos de dimensões mundiais. Uma selvageria que volta a assolar o mundo a partir da década de 1970, com Ronald Regan e Margareth Thatcher impondo agressivamente os postulados do neoliberalismo. Começava ali o desmonte da chamada era de ouro do capitalismo. Tinha início uma trajetória acelerada de ataques do chamado mercado à democracia e aos direitos básicos conquistados com muito sacrifício e sofrimento.

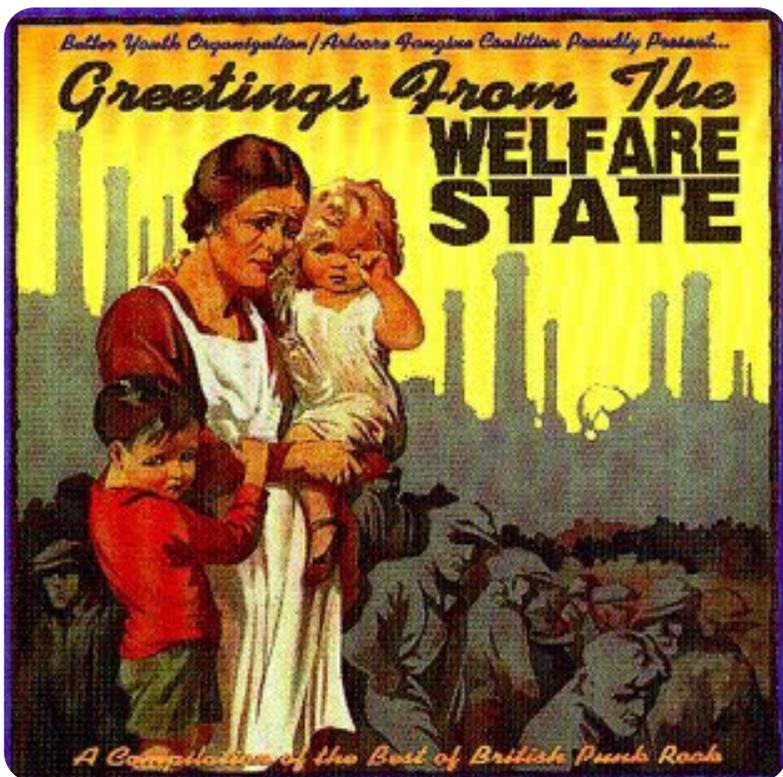
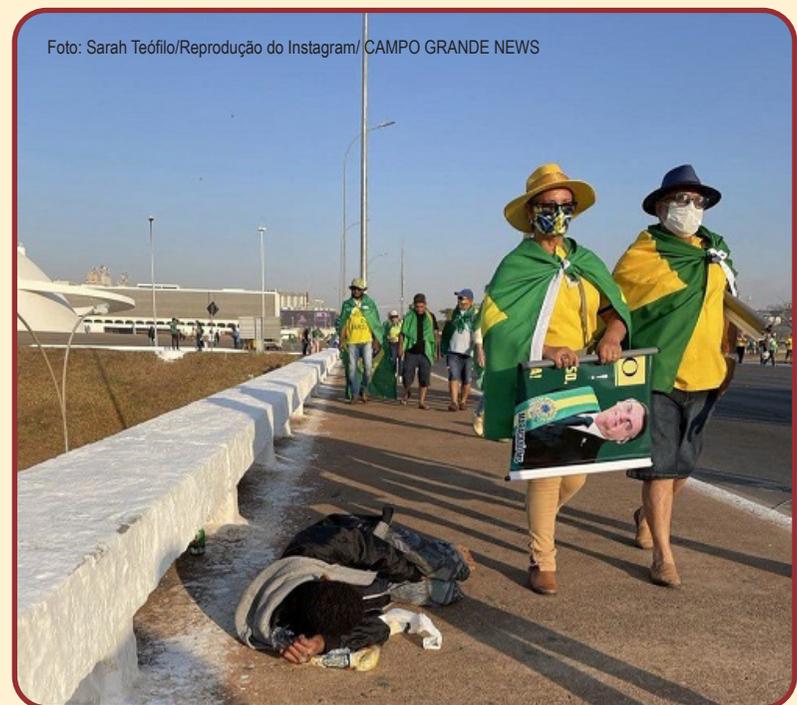


Foto: Folhapress

# Neoliberalismo no Brasil: os ataques aos programas sociais



No Brasil, a onda neoliberal chega mais fortemente com Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, encontrando resistências de uma sociedade que acabava de sair de um período ditatorial. Embora não tenham obtido sucesso em deter o avanço do capital financeiro, os governos progressistas situados mais à esquerda foram os últimos que procuraram, mesmo que timidamente para alguns, combater a histórica falta de cidadania e a brutal desigualdade que marcam a nossa trajetória como um país atravessado pela herança do passado colonial e escravista, ainda presentes em nossa formação social.

Nessa perspectiva, foram criadas ou substancialmente melhoradas iniciativas que unificaram, aprimoraram e foram além dos programas propostos em governos anteriores. A começar pela criação, em 2003, do Conselho de Segurança Alimentar (Consea), do Fome Zero e do Bolsa Família, para citar somente três de uma série de dezenas de medidas. Programas de combate à fome e à pobreza absoluta elogiados em todo o mundo.

Entretanto, o sucesso dos programas sociais não foram empecilho para a ação destruidora e mesquinha do governo Bolsonaro. Marcada pelo desprezo em relação ao sofrimento alheio, a gestão de Bolsonaro, assim como fez com o salário mínimo, em seus primeiros atos extinguiu, por medida provisória, o Consea, relegando o Fome Zero para segundo plano, incorporado ao Bolsa Família sem o apoio necessário. Um ato cruel, covarde e irresponsável que condenou milhões à fome. Uma ação deliberada contra a população mais pobre. O resultado rapidamente apareceu: o país voltou ao mapa da fome, como 33 milhões de famintos e mais de 60 milhões em situação de insegurança alimentar. Fome e insegurança que têm como os mais atingidos as mulheres e as crianças negras

Em relação ao Bolsa Família, classificado por Bolsonaro como um programa para sustentar vagabundos e mães solteiras que engravidavam para receber o benefício, a atitude não foi muito diferente. Embora não tenha conseguido extinguir o programa imediatamente, o presidente nunca mostrou qualquer boa vontade com a sua continuidade. Um sistema de redistribuição de renda que tinha a mulher como destinatária dos recursos e que envolvia uma série de condicionantes, como a obrigatoriedade de matricular os filhos na escola e manter em dia a caderneta de vacinação das crianças. Um programa bem diferente daquele que tomou o seu lugar no governo Bolsonaro. Como todos sabem, o programa substituto partiu de uma perspectiva meramente eleitoreira, mal desenhada e com data marcada para terminar em dezembro.



## Ministério da Saúde: negacionistas, mortes e esquemas de corrupção

Foto: Renato Cortez



Em meio a maior emergência sanitária de nossa história o Ministério da Saúde foi ocupado por quatro ministros: Luiz Henrique Mandetta, Nelson Teich, Eduardo Pazuello e Marcelo Queiroga. O rodízio de ministros foi acompanhado pela ocupação da pasta por militares e por graves acusações de esquemas de corrupção apurados pela CPI da Pandemia. Uma gestão da saúde que superou as expectativas mais pessimistas. Assistimos incrédulos à demolição de programas exitosos e a opção por facilitar a livre circulação do vírus da Covid-19 em nosso país. Uma política denunciada pela Asfoc-SN logo no começo da pandemia em nosso território e por todo o mandato do atual presidente da República.

### Mais Médicos

Médicos, pouco antes da posse de Bolsonaro o qual, durante a campanha, prometia acabar com o programa apesar do mesmo ter sido plenamente aprovado pelas comunidades onde foi implantado. Constituído por profissionais com reconhecida competência em saúde pública, o Mais Médicos, tendo à frente os médicos cubanos, alcançou a estupenda aprovação de 94% dos seus usuários e, graças à iniciativa, 700 municípios tiveram um médico pela primeira vez na história. Municípios que, na sua maioria, voltaram ao estado de abandono.

O fim do Mais Médicos teve início quando o governo cubano, fustigado por Bolsonaro e temeroso de ações da extrema-direita contra os seus compatriotas, chamou de volta os profissionais que davam sustentação

ao programa. A perda desse contingente foi fatal. O novo governo criou o Médicos pelo Brasil, que não apresentou resultados satisfatórios. Bolsonaro não foi capaz de substituir os médicos cubanos e, na realidade, não mostrou grande interesse em resolver o problema. Seu interesse maior era a guerra ideológica que alimentava como forma de manter um público cativo e mobilizado contra aqueles que não aderissem à sua linha de pensamento.



## Farmácia Popular

Atacado desde o governo Temer e elogiado no mundo inteiro por reduzir o número de mortes e os custos com internações, o programa Farmácia Popular, criado em 2004, também foi alvo de ameaças de extinção no governo Bolsonaro. A maior delas partiu da área econômica, quando Paulo Guedes, em 2020, no período mais intenso da pandemia de Covid-19, pensou em extinguir o programa para utilizar os seus recursos no Renda Brasil, programa eleitoral que viria a substituir o Bolsa Família. A medida, se efetivada, deixaria 20 milhões de brasileiros sem remédios essenciais. Vale observar que a rede atende a pessoas com doenças crônicas mais suscetíveis de complicações em caso de contato com o coronavírus. Segundo os dados do Ministério da Saúde, no primeiro ano da pandemia a cobertura foi a menor desde 2014.

Posteriormente, o governo continuou agindo para reduzir o número de farmácias do programa e de medicamentos. Em maio de 2022, ficou acertada a redução da rede pelo fechamento de aproximadamente 400 unidades próprias, passando o programa a ser atendido unicamente pela sua vertente privada Aqui Tem Farmácia Popular. Uma medida que certamente dificultará o acesso da população aos itens necessários a manutenção de sua saúde. Isto porque, enquanto o Farmácia Popular abrangia 112 medicamentos, gratuitos ou com desconto, o Aqui Tem Farmácia Popular oferta 25 produtos – com alcance de 9,8 milhões de pessoas por mês.



## Orçamento da Saúde para 2023

Depois de duramente atingido pelos efeitos da Emenda Constitucional 95, que estabelece um teto de gastos e investimentos por 20 anos, para 2023 as notícias também não são boas. De acordo com a proposta de orçamento apresentada pelo governo, está previsto o corte de 42% das verbas discricionárias do Ministério da Saúde. Isso significa que para cumprir o patamar mínimo de gasto garantido pela Constituição, o governo federal vai depender das emendas de relator que compõem o chamado Orçamento Secreto e que são utilizadas para assegurar uma base parlamentar de apoio ao chefe do Executivo.

A proposta prevê R\$ 20,3 bilhões para despesas não obrigatórias. Um valor aparentemente maior que os R\$ 17 bilhões iniciais indicados no envio

do projeto de Orçamento de 2022. Entretanto, desse total R\$ 10,42 bilhões estão reservados para emendas de relator que, importa frisar, mesmo que sejam destinadas à Saúde elas não necessariamente serão aplicadas em projetos estruturantes da pasta. Vale lembrar também que não há norma legal que impeça os parlamentares de redirecionar essas verbas para outras áreas. Isso faz com que o valor efetivamente previsto para ser controlado pelo Ministério gire em torno de R\$ 9,84 bilhões. Ou seja, 42,2% menor em comparação com os R\$ 17 bilhões programados inicialmente para 2022. Já incluindo as emendas de relator, a despesa da Saúde, que conta para o cumprimento do mínimo está prevista em R\$ 149,9 bilhões para o ano que vem, exatamente o mesmo valor do piso da área.



Foto: Danilo Santos

## Tribunal Internacional condena Bolsonaro por crimes contra a humanidade

Em 1º de setembro último, o presidente Jair Bolsonaro (PL) foi condenado por crimes contra a humanidade pelo Tribunal Permanente dos Povos, instituição criada em 1979 com base na experiência do Tribunal Russel, que julgou os crimes da Guerra do Vietnã e das ditaduras latino-americanas. Apesar de não ter peso legal, a condenação afeta moralmente o condenado, aumenta o seu isolamento e pode se somar às acusações que ele enfrenta no Tribunal Penal Internacional em Haia, este sim com competência legal para aplicar pena de prisão perpétua para esses tipos de crimes.

“Ao contrário da maioria das sentenças do nosso Tribunal Permanente dos Povos, esta sentença refere-se à responsabilidade pessoal, ou seja, à

responsabilidade penal de uma única pessoa: à culpa do presidente brasileiro Jair Messias Bolsonaro por crimes contra a humanidade”, afirma a sentença.

“Contrariando a posição unânime de cientistas de todo o mundo e as recomendações da Organização Mundial da Saúde, Bolsonaro não só fez com que a população brasileira não adotasse as medidas de distanciamento, isolamento, proteção e vacinação destinadas a limitar a infecção, como várias vezes criou vários obstáculos a elas, frustrando as tentativas de seu próprio governo de estabelecer políticas de alguma forma destinadas a proteger a população do vírus”, destacou a sentença. Uma vergonha para o país!

# Bolsonaro minimiza cenário de fome no Brasil e diz que não vê ninguém "pedindo pão"

Durante entrevistas na tarde da sexta (26), Bolsonaro disse que não vê gente "pedindo pão" na porta da padaria. Pesquisas desmentem as falas dele

## O Brasil volta ao mapa da fome

Consequência direta das ações e omissões do pior governo de nossa história, o país voltou ao mapa da fome. Um governo marcado pelo descaso com a população, pelo desemprego, pela enorme quantidade de famílias em situação de rua, pela precarização dos vínculos trabalhistas e pela falta de perspectivas. Um governo que construiu um país do medo. Medo do presente. Medo do futuro. Nessas eleições, o Brasil precisa urgentemente mudar de rumo para trilhar um caminho de esperança. Um caminho da construção do país que queremos. Um país democrático, que acolha todos os seus filhos. Um país sustentável e soberano. Um país possível.



# Asfoc-SN denunciou a facilitação da circulação do vírus da Covid-19 no país

Vale conferir a nota da Asfoc-SN publicada dez dias após o início da pandemia, em 26 de março de 2020. Muitos dos elementos do debate travado posteriormente já estavam ali colocados. Isto significa que o governo e o presidente da República conheciam os riscos e os argumentos contrários à estratégia por eles adotada.

Os resultados foram trágicos. Com aproximadamente 2,7% da população mundial nosso país tem cerca de 11% das vítimas globais da doença. Em termos do número absoluto de óbitos o Brasil só fica atrás dos EUA, país cujo presidente Donald Trump serviu de modelo para Bolsonaro.

Em depoimento à CPI da Covid-19, o epidemiologista Pedro Hallal, da Universidade de Pelotas (RS), disse que cerca de 400 mil mortes pela doença no país poderiam ter sido evitadas caso medidas de controle, como o distanciamento social e a celeridade na vacinação, tivessem sido implementadas no país. Segundo Hallal e a imensa maioria dos sanitaristas brasileiros e estrangeiros, o governo federal errou quando fez promoção de tratamentos ineficazes; quando não promoveu a testagem como deveria; quando não orientou o rastreamento de contatos e o isolamento. Errou quando desestimulou o uso de máscaras, quando não assumiu a tarefa de coordenar os esforços nacionais e quando não promoveu uma campanha de comunicação para que a população evitasse aglomerações. Para a saúde pública brasileira e mundial, o chefe do Executivo Federal errou quando agiu deliberadamente em sentido oposto. Confira a nota do Sindicato:



## 26/03/2020 - Pandemia de coronavírus: O Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz se posiciona

**A**sfoc-SN, Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz, vem a público manifestar a sua posição diante da terrível ameaça da pandemia de coronavírus para a saúde e bem-estar da população brasileira e dos lamentáveis pronunciamentos do presidente da República em um dos momentos mais graves de nossa história.

O mundo inteiro trava uma batalha ferrenha contra o avanço do coronavírus e seus trágicos efeitos. No Japão, a Olimpíada foi cancelada; na Índia, um bilhão de pessoas estão em isolamento. O mesmo acontece na Europa, e demais continentes. Em todo o mundo a quarentena e a paralisação das atividades não essenciais são utilizadas como forma de deter a propagação do vírus, evitar o colapso dos sistemas de saúde e ganhar tempo para melhorar a estrutura de atendimento à população e para que a ciência encontre medicamentos ou vacinas capazes de eliminar ou reduzir de modo expressivo os malefícios da Covid-19.

No Brasil, o presidente da República ocupa as redes sociais, a TV e outros órgãos de comunicação para dizer que a pandemia não passa de uma “gripezinha”, um “resfriadinho”. Contrariando as evidências científicas e procurando inimigos, Bolsonaro acusa a mídia e organismos como a Organização Mundial de Saúde de divulgarem notícias falsas e alarmistas. Para Bolsonaro, que não reúne qualificação alguma para lidar com essa situação, tudo não passa de histeria.

No momento em que mais precisamos de lucidez, nos vemos nas mãos de um presidente voluntarioso, incosequente e distante em tudo das necessidades e desafios do país. Precisamos de um governo competente, sereno, firme e articulado. Um governo solidário com preocupações humanitárias, capaz de unir o país na luta contra a Covid-19 e contra a estagnação econômica que já se coloca no horizonte. Um governo capaz de articular as duas frentes de combate em favor da ampla maioria de nosso povo. Características que, infelizmente, faltam a Bolsonaro e à boa parte de sua equipe, excetuando-se, para nossa sorte, o consequente trabalho realizado até aqui pelo Ministério da Saúde.

Estamos diante de uma situação que requer coesão, articulação, desprendimento e empatia. Uma situação que demonstra que não há saída individual e que somos todos interdependentes e responsáveis pelo enfrentamento dessa temível pandemia que a todos ameaça. Vamos experimentar tempos duros e sem uma pactuação solidária associada a ações minimamente alinhadas vai ser mais difícil enfrentar essa crise. Nesse sentido, a falta de preparo, de altruísmo e o destempero demonstrado pelo presidente da República se mostram altamente prejudiciais às necessidades de coordenação dos três poderes e dos três níveis de governo (federal, estadual e

municipal), e destes com a sociedade e com os setores produtivos.

A Covid-19 chega ao país após a aprovação da Emenda Constitucional 95 - que congela gastos e investimentos estatais por 20 anos - e da realização das reformas Trabalhista e da Previdência. Medidas que integram o arsenal da política econômica neoliberal implementada por Paulo Guedes e Bolsonaro. Medidas que reduzem a capacidade do Estado reagir a crises. Medidas que, ao reduzir a capacidade de consumo das famílias, se caracterizam como recessivas e que desamparam boa parte da população brasileira.

O resultado de um ano de governo de Bolsonaro não se fez esperar: verificou-se a intensificação do subfinanciamento e da precarização do SUS; o país voltou ao mapa da fome; aumentou a população que mora nas ruas; o desemprego alcançou índices elevadíssimos; cresceu o número de desalentados e de trabalhadores informais; o PIB encolheu e, ao lado de outras doenças, epidemias como as de dengue e sarampo voltaram a castigar a população. Uma situação que a pandemia veio agravar e, ao mesmo tempo, denunciar, de forma contundente, a fragilidade de uma economia excludente e de um Estado para poucos.

Alertado pela inteligência militar sobre a possibilidade da eclosão da pandemia, Bolsonaro não se preparou para o seu enfrentamento. A prioridade do governo era a Reforma Administrativa e o combate à oposição e à toda a forma de ativismo. Estava preocupado em extinguir fundos e reduzir recursos para a educação, ciência e tecnologia. Estava ocupado, implementando medidas que contribuem para a destruição das bases produtivas e dos elos solidários do país.

Considerado mito pelos seus seguidores, Bolsonaro não está à altura dos desafios que temos pela frente e parece não estar nem um pouco preocupado com o destino daqueles que o elegeram. Na verdade, não parece estar preocupado com ninguém. Sua preocupação, ao que tudo indica, parece se resumir em se manter no poder a qualquer custo. Como um afogado que se debate no caos que ele mesmo criou, Bolsonaro se desespera. Sua aposta é alta e faz apelo a um eleitorado composto em grande parte por iludidos, cativados por falsos afagos emocionais ao abandono e ao ressentimento que marcam uma parcela expressiva de seus seguidores.

Para ele não importa a orientação da Organização Mundial de Saúde e de demais autoridades sanitárias. Não importa a ciência ou os apelos por considerações de ordem humanitária. Não importam as nossas vidas. Somos apenas números em uma linha narrativa composta de argumentos equivocados, falsos e dissimuladores, destinados a reduzir a gravidade da crise e manter tudo como antes.

---

**Não há preocupação real com a vida de ninguém, com nossos empregos ou mesmo com uma economia que sirva a todos. O cálculo frio que ele faz não considera o sofrimento humano. Na verdade, seu comportamento parece indicar um raciocínio descompromissado que aponta para constatação de que existe gente demais e falta emprego e Estado para atender a todos.**

---

Diante da chegada do coronavírus no país, Bolsonaro, ao contrário das diretrizes defendidas pelo Ministério da Saúde, buscou adotar a chamada “imunidade de grupo” como forma de lidar com o avanço da pandemia. Uma estratégia que a Inglaterra abandonou ao perceber as consequências desastrosas de sua adoção tanto para a vida das pessoas como para economia.

Também conhecida como “imunidade de rebanho”, tal estratégia parte do pressuposto de que a pessoa curada adquire imunidade e dificulta a propagação do vírus. Assim sendo, a imunidade adquirida por parte da população e a eliminação de parcelas consideráveis dos vulneráveis acabariam por dificultar, ou mesmo impedir, a circulação do vírus.

Vale ressaltar que não temos ainda um conhecimento sólido e plenamente estabelecido sobre o vírus, sua capacidade de se adaptar ou mesmo sobre quem está, de fato, exposto ao risco de morte. Não há certeza, por exemplo, sobre seus reais efeitos em jovens e crianças. Já foram registradas mortes nesses dois grupos que não estavam associadas a comorbidades. Por outro lado, embora se divulgue que é possível obter imunização após a cura, o tema ainda é controverso e não se pode afirmar, sem margens para dúvidas, que isso corresponda à verdade. Em casos como o da dengue, por exemplo, um indivíduo infectado pela segunda vez corre um risco significativamente maior de desenvolver novamente a doença em sua forma mais grave. Além disso, quanto mais o vírus se propagar maiores serão as chances de que sofra mutações ainda mais nocivas à nossa saúde ou que se torne mais difícil de combater.

Desse modo, ao custo incalculável de milhares de vidas e alicerçado em ações com bases científicas ainda não completamente consolidadas, se respeitaria a política de austeridade e não seria preciso parar a economia do país. Passado o sacrifício a ser enfrentado, rapidamente as coisas voltariam ao normal. Ricos e pobres poderiam voltar a ocupar os lugares que lhes foram reservados na história nacional e no projeto econômico em curso no país.

Buscando mostrar que está atento às necessidades do momento, Bolsonaro, que até agora não mostrou ter planos robustos para enfrentar a crise, procurou, de forma um tanto quanto infantil, saídas mágicas. Em um vídeo caseiro que não citava o Ministério da Saúde (a sua pedra no sapato), irresponsavelmente acabou por estimular, mesmo de forma não intencional, uma corrida para aquisição da cloroquina, medicamento importante para outro grupo de doenças, mas que, contraindicado e mal administrado, pode levar à morte como já ocorreu nos EUA. Teme-se que tal atitude do ocupante do maior cargo da República possa prejudicar aqueles que realmente dependem do medicamento e, ao mesmo tempo, abrir um caminho perigoso para o seu uso indiscriminado.

O presidente alega que é preciso manter a economia funcionando para evitar o colapso social e o sacrifício de trabalhadores e de suas famílias que, sem emprego ou renda, não teriam como sobreviver. Afirma proteger os mesmos que as reformas que ele apoiou e patrocinou deixaram ao desamparo. Os mesmos que já eram vítimas do desemprego recorde antes da chegada da pandemia. Na sua concepção, a morte de uma parcela da população (na sua imensa maioria composta de pobres) é, infelizmente, o preço para que a economia continue funcionando. “Alguns vão morrer. Paciência”, disse o presidente mais de uma vez.

Não lhe ocorreu apresentar um plano de amparo à essa imensa parcela da população que não simplesmente a indicação da volta ao trabalho. Algo como dizer que pobres não tem direito a se defender. Não lhe ocorreu, desde o primeiro momento, propor um amplo programa de renda mínima, por exemplo. Não lhe ocorreu implementar planos específicos para favelas e comunidades carentes. Não lhe ocorreu garantir o fornecimento de alimentos, material de higiene e medicamentos para essa fração da população. O fato é que Bolsonaro é um presidente cada vez mais isolado e apegado a uma nota só.

Bolsonaro foge das suas obrigações de defender a saúde de todos e de procurar gerir a crise considerando todas as suas implicações, sendo a maior delas

a preservação de vidas. Não lhe ocorre cuidar ao mesmo tempo das duas frentes de batalha que ele, pelo menos no discurso, julga importantes. Sua estratégia é cruel, covarde, excludente e equivocada. Um raciocínio simplista que tenta justificar o abandono da população carente mais vulnerável e mais exposta aos efeitos da pandemia, sejam esses efeitos relacionados à saúde ou à economia. O raciocínio é simplista porque, nesses momentos, a economia para mesmo que o governo não adote o isolamento compulsório. É dissimulador porque faz crer que a redução radical e temporária da economia inclui setores essenciais como abastecimento, segurança, comunicações, energia, produção de medicamentos, entre outros. É parcial e diversionista porque ao alardear a sua preocupação com a paralisação da economia e seus efeitos, esconde a sua incompetência e inoperância para combater a crise em seus múltiplos aspectos. Como interpretar, por exemplo, a cena recente do silêncio eloquente de ministros perfilados diante da imprensa sem ter o que dizer?

Novamente se tenta instalar a polarização como as únicas opções postas na mesa. Assim como já se disse que ao trabalhador caberia escolher entre trabalhar e ter direitos, estamos diante da tentativa de salvar a economia em detrimento das pessoas. Economia, é bom frisar, que não inclui. É, portanto, mais do que nunca, necessário reafirmar que o Brasil merece bem mais do que isso.

Bolsonaro apostou alto e irresponsavelmente em uma passagem rápida e de baixo impacto da “gripezinha” pelo país. Delirante e pouco preparado, pensou em comandar a sociedade no rumo suicida e de consequências desconhecidas por ele traçado.

Como era de se esperar, a sociedade reagiu e as coisas não saíram como o presidente da República queria. O Ministério da Saúde, governadores e prefeitos apontaram para caminhos diferentes, mais sintonizados com as escolhas feitas no restante do mundo e distante do Darwinismo social que a proposta do núcleo radical do governo defende. O avanço da pandemia deflagrou ações em todos os cantos do país, unindo autoridades, universidades, institutos de pesquisa, cientistas, comunicadores, artistas, intelectuais, sindicatos, movimentos sociais, donas de casa, síndicos e condôminos, associação de moradores e cooperação internacional.

A guerra contra a pandemia está longe de terminar. A situação é mais complexa que a lógica de um presidente totalmente despreparado para cumprir o papel de articulador das nossas defesas. A economia do mundo está irremediavelmente em crise e tudo o que conhecemos vai ter que ser reconstruído em outras bases. Teremos que lutar para que a proteção à vida e a dignidade de todos tenham prioridade nesse momento de enfrentamento da crise e também no processo de reconstrução do país que se seguirá à tormenta.

É preciso, mais do que nunca, reafirmar o papel do Estado na proteção à vida, na promoção da saúde e na garantia de dignidade para todos. É preciso defender o SUS. É preciso aprender e exercitar o caminho da empatia e de uma economia que não abandone as pessoas. É preciso reafirmar que a primeira e principal função do Estado deve ser cuidar das pessoas e do bem-estar social.

A persistência velada na estratégia de “imunização de rebanho” e a manipulação da ansiedade e do desconhecimento popular com acenos de uma saída milagrosa, como o uso indiscriminado de medicamentos como a hidroxiquinina, certamente vão cobrar um preço mais alto do que o imaginado por Bolsonaro e será perdido um número incalculável de vidas.

É lamentável que em uma hora tão grave o presidente se porte como elemento desestabilizador e desarticulador de um combate a uma pandemia que ameaça a todos. Estamos lutando por nossas vidas e de nossos parentes e amigos. Estamos lutando pela vida da população brasileira.

A pandemia vai passar e, apesar dos muitos sacrifícios que teremos que enfrentar, vamos vencer essa guerra e buscar reerguer o país em outras bases, apoiado em alicerces que não tenham a mesma fragilidade de uma economia para poucos e de um Estado ausente e inoperante. Na construção desse novo mundo, esperamos, não exista mais lugar para governantes sem preparo como Bolsonaro.

É preciso cuidar e cuidar de quem cuida. Somos a Asfoc-SN. Somos Fiocruz. Somos SUS!

26 de março de 2020  
Diretoria executiva da Asfoc-SN

